

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA**
3 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO DO ANO DE 2013. Presidência:** Prof. Dr. Sérgio
4 França Adorno de Abreu, Diretor da Faculdade. Aos dezoito dias do mês de abril do ano de
5 dois mil e treze, no Salão Nobre da Faculdade, realizou-se a supracitada reunião, em terceira
6 convocação. **COMPARECIMENTOS:** Professores e Funcionários: Sérgio França Adorno de
7 Abreu, João Roberto Gomes de Faria, Maria Helena Rolim Capelato, Marlene Petros
8 Angelides, Francis Henrik Aubert, Maria Teresa Celada, Christian Schallenmueller, Paula da
9 Cunha Correa, Giuliana Ragusa de Faria, Bruno Carvalho Rodrigues de Freitas, Elisabetta
10 Antonietta Rita Maria Carmelo Santoro, Marie Marcia Pedroso, Brasília João Sallum Júnior,
11 Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, Adrian Pablo Fanjul, Maurício Cardoso, Osvaldo Luis
12 Angel Coggiola, Zilda Márcia Gricoli Iokoi, André Roberto Martin, Milton Meira do
13 Nascimento, Giliola Maggio, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, MarioAndréa Saad
14 Hossne, Maria Rita Umeno Morita, Iris Kantor, Ana Paula Tavares Magalhães Tacconi, Marcos
15 Francisco Napolitano de Eugênio, Cícero Romão Resende de Araujo, Maria Zulma Moriondo
16 Kulikoviski, Reginaldo Gomes de Araújo, Daniel Púglia, Luiz Dagobert de Aguirra Roncari,
17 Margarida Maria Taddoni Petter, Viviana Bosi, Vivente Sedrangulo Filho, Esmeralda Vailati
18 Negrão, Marcia Regina Gomes Staaks, Eliza Atsuko Tashiro Perez, Maria Augusta Da Costa
19 Vieira, Maria Elisa Siqueira Silva, Ricardo da Cunha Lima, Marilza de Oliveira, Fernando de
20 Magalães Papaterra Limongi, Valéria de Marco, Roberta Barni, Paulo Roberto Arruda de
21 Menezes, Vagner Gonçalves Silva. Como assessores atuaram: Eliana Bento da Silva Amatuzzi
22 de Barros (SCS), Neli Maximino (ADM), Leonice Maria S. Farias (ATFN), Ricardo Fontoura
23 (STI), Rosângela Duarte Vicente (ATAC), Maria Aparecida Laet (Biblioteca).
24 **JUSTIFICATIVAS:** Raquel Glezer, Marcelo Cândido da Silva, José Nicolau Gregorin Filho,
25 Yuri Tavares Rocha, Rosangela Sarteschi, Glória da Anunciação Alves, Bianca Carvalho
26 Vieira, Sylvia Basseto. **EXPEDIENTE.** 1. **Coloco em votação as atas das reuniões**
27 **realizadas em 16/02/2012 e 22/03/2012, enviadas para apreciação em 15/04/2013.** Após
28 votação, as atas foram **APROVADAS.** 2. Comunico a indicação da Profa. Dra. **Maria Celia**
29 **Pereira Lima Hernandes** como representante suplente do Departamento de Letras Clássicas e
30 Vernáculos junto à Comissão de Pesquisa. 3. Comunico a indicação dos Profs. Drs. **Gabriel**
31 **Steinberg Schwartzman** e **Deize Crespim Pereira** como representantes titular e suplente do
32 Departamento de Letras Orientais junto à Comissão de Pesquisa. 4. Comunico a eleição das
33 Profas. Dras. **Marli Quadros Leite** e **Paula da Cunha Correa** como chefe e vice-chefe do
34 Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos. 5. Comunico a eleição dos Profs. Drs.
35 **Eduardo Brandão (DF)** e **Sylvia Bassetto (DH)** como presidente e vice-presidente da

36 Comissão de Graduação, com mandato a partir de 20.04.2013. **6.** Comunico a eleição das
37 Profas. Dras. **Aparecida de Fátima Bueno e Fabiana Buitor Carelli Marquezini** como
38 diretora e vice-diretora do Centro de Estudos das Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa –
39 CELP. **7.** Comunico a designação da **Profa. Dra. Giliola Maggio** como Coordenadora do
40 Programa Aproxima-Ação. **8.** Comunico ofício recebido da Pró-Reitoria de Pós-Graduação
41 relacionando processos pendentes de **RECONHECIMENTO DE TÍTULOS** e solicitando
42 providências urgentes. Dentre a lista de processos pendentes, devidamente cobrados pelo
43 Serviço de Pós-Graduação, constam processos nos Departamentos de Geografia, História,
44 Antropologia, Ciência Política, Filosofia, Letras Clássicas e Vernáculas, Letras Modernas. Com
45 a palavra, o Senhor Diretor disse: “Alguns destes processos estão parados aqui há quase dois
46 anos. Isso nos enfraquece quando argumentamos que não queremos o reconhecimento
47 automático dos títulos, projeto que está em tramitação na câmara dos deputados. Se não
48 respondermos prontamente pela demanda de pareceres, corremos o risco de dar argumento para
49 eles que são favoráveis a este projeto. Há casos que necessitam de resposta urgente. Pedirei
50 atenção aos chefes de departamento e coordenadores dos programas de Pós-Graduação para
51 que possamos zerar a pendência o quanto antes. Eu irei propor à Comissão da Pós-Graduação
52 para que façamos um acompanhamento focalizado destes casos.”. **9.** Comunico a publicação da
53 Resolução USP 6.519, de 25.03.2013 que dispõe sobre o Programa de Bolsas para Professores
54 Visitantes Internacionais na USP. **10.** Comunico a publicação da Resolução USP 6.518, de
55 25.03.2013 que dispõe sobre a Criação do Programa “USP Internacional”. **11.** Comunico a
56 publicação da Resolução USP 6.520, de 25.03.2013 que institui o Programa de Incentivo e
57 Apoio à Capacitação dos Servidores Técnicos e Administrativos da USP, no Exterior. **12.**
58 Ofício do Conselho Regional de Biblioteconomia (8ª Região – São Paulo) de 04.03.2013,
59 relatando que após visita realizada em 28.02.2013 constatou que a Biblioteca Florestan
60 Fernandes conta com profissionais habilitados Bacharéis em Biblioteconomia, conforme
61 exigência de Lei. Ressalta a importância da manutenção de uma Biblioteca com a presença de
62 profissionais bibliotecários e cumprimenta a Unidade pelo apoio dado ao trabalho das
63 profissionais bibliotecárias de nossa Biblioteca. **13.** Comunico a abertura de inscrições, até
64 22.04.2013, para candidaturas a bolsas da Fundación Botín para Fortalecimento da Função
65 Pública na América Latina, programa intensivo de formação nos Estados Unidos e na Espanha
66 para alunos de graduação. **14.** Comunico a abertura de inscrições, até 20.05.2013, junto ao
67 Programa de Aperfeiçoamento da Pós-Graduação – Edital PRPG 01/2013. **15.** Comunico haver
68 recebido cópia de documento dirigido aos membros do Conselho Universitário, no qual alunos,
69 objeto de sanção disciplinar, protestam contra usurpação de atribuições regimentares. **16.**
70 Comunico entendimentos para a expansão do Convênio entre a Universidade de Salamanca e a

71 USP. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Temos um convênio entre a USP e a
72 universidade de Salamanca. A FD é quem mantêm um vínculo mais estreito com ela, mas eu
73 fui chamado para uma reunião, com a presença do seu reitor, com o intuito de estreitar o
74 vínculo com a FFLCH, principalmente no nível da Pós-Graduação nas áreas de História,
75 Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Geografia. Eles querem professores que possam
76 dar cursos de duas a três semanas, com possível remuneração. Eu disse a ele que outras áreas
77 da nossa unidade também têm interesse. Os cursos são genéricos, tipo História do Brasil,
78 Cultura do Brasil, e eles irão disponibilizar as ementas de interesse. **17.** O Senhor Presidente
79 passa a palavra aos seguintes membros: **Expediente do Vice-Diretor:** Com a palavra, o Vice-
80 Diretor João Roberto Gomes de Faria informou: “Tenho me reunido com a Comissão de
81 Qualidade de Vida da FFLCH e ,por ora, não há novas notícias sobre a reforma do prédio.
82 Tenho me reunido com o pessoal de Comunicação e estamos bem adiantados nos estudos para
83 mudar o site da nossa faculdade, talvez na próxima reunião da Congregação o site já esteja
84 pronto.”. **Expediente da Comissão de Pesquisa (CPq):** Com a palavra, a Profa. Ana Paula
85 Tavares Magalhães Tacconi, Vice-Presidente da CPq, informou: “O principal assunto é a
86 agenda Ética e Pesquisa. Na próxima Congregação teremos a vinda do professor Dalton Luiz
87 de Paula Ramos, professor titular da disciplina de Bioética da USP, para falar sobre Ética e
88 Pesquisa na área de Humanidades. O título da conferência é ‘*Ética e pesquisa: desafios e*
89 *oportunidades para as Humanidades*’. Na realidade ela tem características de seminário, terá
90 abertura do Sérgio Adorno e o tema será apresentado pela Ana Lúcia Pastore, fazendo a
91 reconstituição dos esforços que a discussão traz. O horário é 14 horas do dia 23 de maio.”. Com
92 a palavra, o Senhor Diretor disse: “O professor fará uma exposição de 10 minutos e teremos 40
93 minutos para colocar questões. Não se trata de tomar decisões, mas de ampliar o conhecimento
94 sobre a matéria.”. **Expediente da Comissão de Cultura e Extensão (CCEEx):** Com a palavra, a
95 Profa. Giliola Magggio, Presidente da CCEEx, informou: “O primeiro aviso é sobre o programa
96 Aprender com Cultura e Extensão. O prazo para o pedido de fomento é até o dia 10 de maio.
97 As inscrições para os alunos já estão abertas e vão até o dia 14 de maio. Com relação aos
98 projetos apresentados pela nossa unidade, dos 40 inscritos, 39 foram recomendados e um
99 recebeu parecer negativo, e dos 39, 22 foram contemplados, representando 56% de aprovação,
100 o que representa a média das unidades. A oferta de bolsas continua a mesma, 1200 bolsas, e a
101 demanda foi de 2616 bolsas requisitadas. Deixo o convite para que vocês participem da Feira
102 das Profissões. Quem quiser apresentar projetos ou bater um papo com os alunos será muito
103 bem vindo.”. **Expediente da bancada dos funcionários não docentes:** Com a palavra, a
104 funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Eu gostaria de informar que o CTA deste mês
105 resolveu aprovar o resultado apresentado pelo Comitê de Análise sobre os recursos

106 apresentados pelos funcionários. Apesar de ter apresentado ao CTA seu parecer sobre os
107 recursos, os funcionários que entraram com os recursos ainda não receberam qualquer resposta
108 argumentativa do Comitê de Análise. Dia 17, ontem, fez um mês que se encerrou o prazo para a
109 apresentação de recursos, e os funcionários não sabem o porquê dos recursos terem sido
110 indeferidos. Com exceção de três casos, todos os outros recursos foram indeferidos, e como
111 eles não sabem os motivos, eles não podem preparar os recursos adequados às outras instâncias.
112 Estamos aguardando estas respostas, as atas dos CTAs e a divulgação destes documentos para
113 que possamos redigir um documento para apresentar à Congregação. Eu peço à Rosangela que
114 nos envie as atas assim que elas estiverem prontas.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A
115 ata depende de confecção e da aprovação da Congregação. Antes da aprovação, as atas são
116 enviadas antecipadamente ao colegiado. Eu acho que o representante dos funcionários deve ter
117 recebido. Eu acreditava que após o julgamento e a deliberação do CTA a divulgação fosse
118 imediata. Acho que isso foi um defeito. Ninguém ficará prejudicado, todos poderão recorrer”.
119 Com a palavra, a funcionária Marlene Petros Angelides disse: “Temos solicitado as atas e nós
120 só recebemos quando fazemos pressão. Eu peço à Rosangela que nos envie as atas”. Com a
121 palavra, a funcionária Neli Maximino disse: “Eu não saberei dar a informação de como estão os
122 recursos, mas eu irei contatar o Normando para que ele os disponibilize. Assim que sairmos da
123 reunião eu falarei com ele”. **Expediente da bancada discente:** Com a palavra, o representante
124 discente Christian Schallenmueller informou: “Temos sido cobrados pelos alunos sobre a
125 questão da falta de espaço de estudos na Biblioteca. Sei que isso é do conhecimento dos
126 professores. Como não temos representação da Pós-Graduação no CTA, gostaríamos de saber
127 se na próxima Congregação alguém poderia se disponibilizar a trazer informes sobre como está
128 o projeto da Biblioteca”. Com a palavra, a funcionária Maria Aparecida Laet disse: “A
129 ampliação da Biblioteca tem sido discutida no CTA dentro do que pode ser feito. Para os
130 próximos 6 anos prevemos que chegarão muitos livros. Teremos falta de espaço para livros e
131 também para as pessoas. Sobre as pessoas que reclamam de espaço, outro dia ouvi dois alunos
132 dizendo que não havia espaço para estudar, mas havia, só que não eram espaços individuais e
133 sim para dividir mesa. Atualmente não temos como disponibilizar espaços individuais. Temos
134 que compartilhar os espaços. Atualmente temos uma proposta de ampliação da Biblioteca.”.
135 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Ainda não é oficial, mas temos uma proposta.
136 Construímos o prédio da Biblioteca, ela fica melhor, mas num período de tempo curto ela
137 começa a ficar superada, tanto no que diz respeito ao atendimento, quanto no que diz respeito
138 ao espaço para os livros. Aí vem a fase dos puxadinhos, que demora em média dois anos, e no
139 final da obra ela está novamente defasada. Eu fui procurado pela vice-reitoria da USP, pois há
140 um empresário sino-brasileiro que quer doar recurso à USP para a construção de um prédio

141 para a instalação de um centro de cultura chinesa. Conversei com o CTA e nós gostaríamos de
142 ver o projeto, mas em tese nós não temos nada de concreto. A proposta do SEF
143 (Superintendência de Espaço Físico) era construir o prédio dos gabinetes dos professores de
144 Letras, resolvendo este problema crônico, e teria o espaço à instalação para o Centro de Cultura
145 Chinesa, que não interferiria nos espaços nas salas dos professores. O problema é que primeiro
146 se construiriam os gabinetes, o que demoraria dois anos, depois transferiríamos os gabinetes
147 para lá e só depois derrubaríamos uma parte do prédio de Letras para a ampliação da
148 Biblioteca. O problema demoraria seis anos para ser resolvido. Não dá para ficarmos fazendo
149 remendo. Eu irei propor ao reitor que façamos uma nova Biblioteca que consiga suprir a
150 necessidade dos próximos 50 anos. Ainda não tenho projeto pronto, mas precisamos resolver
151 esta questão.”. Com a palavra, a Profa. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos disse: “Durante a
152 gestão da professora Sandra eu fui a presidente do Conselho de Bibliotecas e essa preocupação
153 com o espaço esteve presente por lá durante todos estes anos. Temos problemas de ordem
154 espacial e financeira, por não termos sequer para onde aumentar a Biblioteca. Houve uma série
155 de estudos que nos disse que não é possível aumentar o número de andares devido às fundações
156 e ao terreno pantanoso, não temos para onde aumentá-la. A questão do espaço ficou mais
157 complicada devido ao Ministério Público ter nos obrigado a reorganizar todo o espaço interno
158 da Biblioteca para que fosse possível a circulação interna dos cadeirantes. Estou fazendo estes
159 comentários para que fique claro que a questão não esteve parada nos últimos tempos. O
160 problema é que o processo é demorado”. Com a palavra, a Profa. Roberta Barni disse: “Já que
161 estamos falando sobre espaço, eu gostaria de levantar a questão do estacionamento do prédio de
162 Letras. Na última vez que eu soube, o novo prédio teria estacionamento. Eu escrevi aos colegas
163 da Comissão de Qualidade de Vida e eles me disseram que não havia o que fazer. Está cada vez
164 mais difícil achar vaga para estacionar e nós que saímos muito tarde, corremos perigo quando
165 deixamos o carro muito longe dos prédios.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu não
166 posso dizer pelo CTA pois o assunto não foi discutido, mas a proposta apresentada pela SEF é
167 atrelar os dois projetos. O CTA decidiu por separar os dois projetos. O prédio tem a galeria e
168 estacionamento subterrâneo de mais ou menos 70 carros”. Com a palavra, a Profa. Valéria de
169 Marco disse: “Quero colocar uma questão de ordem. Precisamos discutir a questão do PIMESP.
170 Queria sugerir que nós suspendêssemos os informes e pautássemos para uma discussão sobre a
171 projeção da Biblioteca. A única Biblioteca da USP que o Ministério Público exigiu os 90 cm
172 foi a nossa. Não adianta que tenhamos o espaço nos corredores se os cadeirantes não
173 conseguem chegar à Biblioteca”. **Expediente do Representante da Congregação junto ao**
174 **CO:** Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim Capelato informou: “Apresentamos duas
175 moções, uma a respeito da proposta dos representantes discentes referente à criação da

176 Comissão da Verdade na USP que apure os casos de violação dos direitos humanos dentro da
177 nossa Universidade na época da ditadura militar. Essa moção foi aprovada e elogiada pela
178 proposição dos alunos. Também foi aprovada a moção de desaprovação da tese da conclusão de
179 curso da Faculdade de Direito (FD). A moção que fizemos aqui foi lida. O representante da FD,
180 em seguida à nossa moção, também se pronunciou contrariamente a esta tese, o que nos deixou
181 muito contentes. A principal questão tratada no CO foi a mudança do regimento da Pós-
182 Graduação. Havia sido feita uma proposta inicial, na última reunião ela foi criticada em alguns
183 aspectos e houve uma proposição de mudança em alguns pontos. Foi feita outra apresentação,
184 incluindo as propostas contrárias, e algumas delas foram aceitas. Farei um resumo das
185 mudanças que foram propostas e foram alteradas, inclusive com mudanças de apenas uma
186 palavra, mas que muda completamente o sentido. Como estamos com pouco tempo, enviarei
187 estas informações pela internet.”. **Expediente da Comissão do Regimento Disciplinar:** Com a
188 palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima informou: “A Ana Lúcia me cobrou informações a
189 respeito da Comissão formada para discutir as alterações do regime disciplinar do decreto. Nós
190 já formamos a comissão, que ao todo possui catorze pessoas. O trabalho está sendo muito bom,
191 inclusive temos feito até reuniões semanais. Não é uma discussão simples, mas começamos a
192 produzir um texto, e pretendemos futuramente trazer propostas inovadoras que têm surgido dos
193 integrantes da Comissão”. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor presidente
194 passou à **ORDEM DO DIA: 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA.**
195 **1.1. DISCUSSÃO DE TEMAS NA CONGREGAÇÃO – ELEIÇÕES PARA REITOR**
196 **(Proc. 08.1.5206.8.0).** Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Proponho a este colegiado
197 postergar a discussão para o mês de maio, pois ainda não temos material suficiente para
198 fazermos a discussão.”. Após votação, a proposta foi **APROVADA.** **1.2. CG/CIRC/45, de**
199 **28.01.2013 – que trata do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público**
200 **Paulista – PIMESP.** Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O assunto foi discutido na
201 reunião anterior e nós convocamos uma plenária para a discussão, que me deixou muito
202 satisfeito. Temos o prazo de hoje para encaminharmos um documento à reitoria com as
203 propostas e comentários da Congregação. Para agilizar o nosso trabalho a diretoria produziu um
204 texto e ele será colocado em discussão. Ele teve por base as discussões feitas aqui na
205 Congregação e as anotações que foram feitas dos debates. Conteí com a colaboração de alguns
206 colegas para a redação do documento. Eu e o Prof. João Roberto demos a versão final e depois
207 fiz o documento circular para possíveis correções. Irei projetar o texto, pois isso facilita as
208 eventuais alterações. O que vocês acharam do teor do documento? Depois gostaria de saber
209 sobre as questões de forma e expressão.”. Com a palavra, a Profa. Zilda Márcia Gricoli Iokoi
210 disse: “Foi posto na plenária de segunda-feira que seria desejável que fôssemos cautelosos e

211 que não devíamos cair no enfrentamento. No meu ponto de vista o documento ficou moderado
212 demais, dando brecha para que entendam que apoiamos as políticas de ampliação do governo
213 do Estado. Ficamos muito em cima do muro, acho que deveríamos enfatizar o nosso ponto de
214 vista sobre a ampliação do acesso pela política de cotas, e qualquer outra modalidade deve ser
215 discutida em outras circunstâncias”. Com a palavra, a Profa. Viviana Bosi disse: “Poderíamos
216 ter uma cláusula mais veemente com relação ao fato de que o PIMESP, por ser um curso
217 complementar ao médio, parece ratificar a ineficiência do ensino médio público. Ao invés de se
218 concentrar toda a verba disponível na educação, sanando as deficiências do ensino público e
219 diminuindo os altos índices de evasão do ensino médio, atingindo justamente os mais
220 desfavorecidos que o sistema de cotas pretende atingir, o PIMESP vai drenar um nível muito
221 alto de recursos, pois ele exige a contratação de novos professores, investimento tecnológico.
222 Muito me estranha que surjam milhões para o PIMESP, quando sempre se diz que não há verba
223 para o ensino médio e fundamental. Acho que devemos enfatizar o fato de que este projeto é o
224 atestado de falência do ensino médio.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Sugiro que as
225 pessoas que tiverem propostas de alteração do texto tomem a iniciativa de fazê-las para que nós
226 possamos colocá-las em aprovação.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse:
227 “Eu acho que o texto já traz o que as professoras Zilda e a Viviane comentaram, porém, num
228 certo sentido, ele se apresenta de forma conciliatória. Eu acho que o texto poderia insistir mais
229 na questão das cotas. Sobre o teor do texto, eu acho que ele trata de todas as questões. Eu estive
230 na plenária e observei com felicidade a fala do Cícero. Quero elogiar a atitude tomada pelo
231 diretor Sérgio, pois ela assegurou a realização da plenária e, na última Congregação, quando os
232 alunos entraram na sala, sua atitude evitou a interrupção da sessão. Eu reconheço o tom
233 conciliatório do texto e não vejo problemas nisso, já que este foi o modo que se escolheu para
234 expor a nossa opinião. Quero indicar dois problemas que se encontram na segunda página,
235 quando se critica o fato de não haver clareza quanto aos mecanismos de recrutamento. Acho
236 que esta parte do texto deve ser redigida novamente, pois no documento que foi distribuído há
237 uma linha que fala claramente como vai ser o recrutamento. Está escrito no texto Proposta do
238 PIMESP: ‘a seleção dos alunos para o ingresso no ISSIS se dará por meio das notas obtidas no
239 ENEM’.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Você tem razão. Porém, o problema aqui é
240 de redação, o que dificultou a correta compreensão, pois a crítica que estamos fazendo é sobre
241 o ProFIS. Este modelo é o utilizado nos EUA e está sendo utilizado em Campinas. O que seria
242 fazer isso em São Paulo, com caráter universal? Esta crítica era para o ProFIS e não ao
243 PIMESP.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: “No final do documento
244 proposto, a partir do momento das perguntas, da terceira para a quarta página, que fala do ponto
245 de partida, eu sugiro, no intuito de reforçar a indicação de cotas, que acrescentemos um

246 parágrafo com: *‘outro passo imediato é o exame dos resultados das políticas de cotas de todo o*
247 *país, bem como a análise da real possibilidade de adoção de um programa de cotas nesta*
248 *universidade, também esta iniciativa pode estar a cargo de uma comissão’*. Esta parte deve
249 entrar no texto antes do *‘por fim, a Congregação...’*”. Com a palavra, o Prof. João Roberto
250 Gomes de Faria disse: “Eu gostaria de fazer um reparo ao adjetivo utilizado pelo Ricardo. O
251 texto não é conciliatório, ele é urbano, lembro aqui o conceito de urbanidade que está no texto
252 ideal do crítico, “de Machado de Assis.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “A ideia era
253 tomar a dianteira no processo de discussão. Já que assumimos que o tema Políticas Afirmativas
254 está na pauta, vamos tomar isso do nosso jeito. Podemos ter exagerado no tom conciliatório,
255 mas a ideia é que podemos fazer melhor. Podemos fazer um programa que diminua as
256 resistências e que construa consensos mínimos sobre cotas ou sobre outra política que achemos
257 mais adequada.”. Com a palavra, a aluna Maria Rita Umeno Morita disse: “Tenho uma
258 proposta muito pontual. Quase no final do item um, quando começa *‘não há clareza..’*, logo
259 após a vírgula, diz-se *‘...não há garantias de que todos os recrutados ingressarão na*
260 *universidade...’*, acho que podemos pontuar não apenas que não há garantias, mas que o
261 programa PIMESP não parece ter isso como objetivo.”. Com a palavra, o Prof. Adrian Pablo
262 Fanjul disse: “Gostei muito do texto. Tenho duas propostas de redação. No final do item 2,
263 antes do último período, eu entendo que esse *‘a competição por vagas permanecerá’* se refere à
264 hipótese de aplicação das políticas de cotas. Eu acrescentaria, no começo da oração *‘com*
265 *política de cotas, a competição por vagas permanecerá’*. Não ficou claro para mim a qual das
266 hipóteses se refere o texto, se ao PIMESP ou à política de cotas. No último parágrafo, eu
267 trocaria ensino público por ensino básico. Eu entendo que a nossa preocupação é com o ensino
268 público, eu entendo o porque de terem escolhido este termo. Porém, há um discurso de que o
269 ensino privado está melhor e não está em crise. Podemos substituir por ensino básico e
270 público.”. Com a palavra, a Profa. Zilda Márcia Gricoli Iokoi disse: “Tenho duas supressões
271 para corrigir aquilo que eu achei estranho no texto. Na terceira página, onde encontramos *‘em*
272 *vista desse breve arrazoado, a FFLCH propõe’* eu poria um ponto em *‘devidamente*
273 *separados’*; ficaria assim; *‘em vista desse breve arrazoado, a FFLCH propõe que os objetivos*
274 *que o PIMESP pretende alcançar - de maneira pouco convincente como já se disse - sejam*
275 *devidamente separados’* retirando o final *‘para o bem de ambos’*. No parágrafo seguinte, eu
276 proponho suprimir o último trecho de *‘a manifestação da Congregação’*, após *‘abstendo-se de*
277 *discutir o novo sistema de ensino superior’*. Colocamos ponto final e retiramos o resto. Se
278 vamos nos abster de discutir, não há motivos para fazermos esta afirmação que fica nem lá nem
279 cá.”. Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves Silva disse: “Tenho uma dúvida. Na página um,
280 a Comissão de Cotas me parece que é anterior ao mês de novembro. Eu acho que ela foi

281 instituída logo na sua primeira Congregação. Quero aproveitar para parabenizar a comissão
282 pelo levantamento significativo de dados e a direção que chamou a plenária, fundamental para
283 que fizéssemos a discussão. No que diz respeito ao teor do documento, acho que ele atinge o
284 seu objetivo e ele me parece bem consensual. Há uma questão de fundo que merece maior
285 discussão. O PIMESP não é uma política de cotas, em nenhum momento existe esta palavra no
286 projeto, mas é um plano de inclusão com mérito, coincidentemente para pretos e pobres. Tenho
287 dúvidas inclusive se o PIMESP é um programa de políticas afirmativas. Eu não sei se é
288 coerente afirmar que o PIMESP foi inspirado no PROFis, pois no documento que nos foi
289 entregue não havia nenhuma referência a este projeto. O problema não é citar o PROFis, a
290 diferença é que o PIMESP não irá até as escolas buscar os alunos, como aquele programa
291 planeja fazer.”. Com a palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima disse: “No projeto do PIMESP
292 está escrito que a seleção se dará pelas notas obtidas no ENEM, e não por recrutamento.”. Com
293 a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves Silva disse: “O PIMESP faz recrutamento por cotas,
294 reservando 50% das vagas. Ele vai aplicar a ideia de política afirmativa baseada em cotas para
295 ele próprio recrutar para o PIMESP. Daí para frente, não é mais por cotas, parece que é com
296 relação às notas, mas o projeto é bastante vago com relação a isso. É um erro afirmar que isso é
297 política de cotas. Na página um, onde tiver ‘*política de cotas*’, devemos substituir por ‘*política*
298 *de inclusão por metas*’, pois não há cotas no vestibular das três universidades paulistas, não há
299 reserva de vagas. Na página três, a professora Zilda sugeriu suprimir as seis linhas, caso não
300 seja aprovado, eu acho que deveríamos tirar ‘*no sentido de montar uma política de cotas livre*
301 *de senões*’. Acho difícil achar uma política de cotas livre de senões. No parágrafo seguinte há
302 várias perguntas e ele começa assim ‘para tanto um bom ponto de partida reside, de imediato,
303 na constituição de uma comissão para uma análise rigorosa dos dados disponíveis sobre o
304 INCLUSP e o PASUSP’, esses dados já existem. Eu concordo com a fala da Zilda que diz que nós
305 podemos ser um pouco mais assertivos. Quando fazemos a pergunta sobre a porcentagem de
306 negros, pardos e índios que são contemplados com o programa, nós já temos a resposta. Ela é baixa.
307 Considerando que o INCLUSP e o PASUSP não atingem os objetivos de inclusão racial/étnica,
308 podemos discutir os meios para que eles consigam atingir este objetivo, pois atualmente o objetivo
309 destes programas não é cotas. Caso esta Congregação concorde que devamos apoiar uma política de
310 cotas, temos que afirmar no documento, pois isso demanda reserva de vagas.”. Com a palavra, o
311 Senhor Diretor disse: “No texto não está dito que não há dados. Há dados e inclusive eles já
312 foram analisados. A questão que está sendo colocada é se as análises que estão sendo
313 apresentadas são convincentes e suficientes. No dia em que o professor veio nos apresentar os
314 dados, várias perguntas não foram respondidas. A sua exposição era de quem quer defender o
315 INCLUSP do jeito que ele está constituído. Temos que fazer uma análise fina do INCLUSP e

316 do PASUSP para vermos se os dados dizem mesmo isso ou se eles dizem outra coisa. ”. Com a
317 palavra, o Prof. Vagner Gonçalves Silva disse: “Podemos colocar nestes termos, mas o que os
318 dados mostraram é que o porcentual de negros, pardos e índios contemplados é pequeno. Qual a
319 relação entre essa proporção e sua correspondente representação no conjunto da população, quando
320 afirmamos isso e não perguntamos, mostramos que existe um problema, sabemos que ele existe, o
321 que torna a pergunta desnecessária, dando a ideia de que a gente não sabe da resposta.”. Com a
322 palavra, o Senhor Diretor disse: “Não foi esse o espírito da proposta. Nós não sabemos o que as
323 pessoas das outras unidades estão lendo destes dados. Algumas delas podem estar convencidas
324 por eles. A análise que ele fez é proporcional, uma análise de trajetórias seria completamente
325 diferente. No dia do esclarecimento, o professor não me convenceu sobre a relação da
326 distribuição das etnias na população com a presença destas etnias na escola pública, e como
327 você sai daqui e chega até a porta da universidade. A análise que ele apresentou não é
328 satisfatória do ponto de vista de pesquisa. O assunto é polêmico e ele exige pesquisas que
329 sejam convincentes e muito rigorosas, já que o debate é acirrado. Pode ser que os dados sejam
330 piores do que os que estamos imaginando.”. Com a palavra, o Prof. Vagner Gonçalves Silva
331 disse: “Com base nos dados que nos foram apresentados, eu acho que essas perguntas possuem
332 respostas e as respostas têm a ver com o objetivo do INCLUSP e do PASUSP. De qualquer
333 maneira, se não perguntarmos, mas afirmarmos que a proporção dos PPIs não está
334 contemplada, é uma maneira de nos colocarmos criticamente com relação a isso. Na página
335 quatro, o parágrafo que se inicia por ‘*Por fim, a Congregação entende que tais iniciativas...*’, é
336 uma passagem que demonstra boa análise do contexto da crise do ensino básico. Eu quero
337 colocar para a Congregação a possibilidade de fazermos uma discussão sobre o vestibular, já
338 que queremos ampliar a questão até a raiz do problema. Qualquer política de cotas vai impactar
339 a forma de como se é selecionado. O problema não é apenas da reserva de vagas, o problema é
340 como na política do vestibular esta reserva irá ser colocada, pois o impacto das políticas de
341 cotas recai sobre ele. Assim, quero incluir a questão do vestibular.”. Com a palavra, a Profa.
342 Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo Santoro disse: “Retomando o que o Vagner estava
343 dizendo sobre o conteúdo da primeira página, quando falamos do PIMESP e da ‘*tentativa de*
344 *acolher o conceito de ação afirmativa*’, talvez aqui coubesse dizer claramente que o PIMESP
345 não é política de ação afirmativa. Ele foi apresentado assim e acho importante dizermos que
346 nós não o reconhecemos como programa de cotas. O texto diz isso de forma indireta, mas eu
347 acho que nesta passagem ele deveria dizer mais claramente.”. Com a palavra, o Prof. Brasília
348 João Sallum Júnior disse: “No geral, eu gostei do texto. No segundo parágrafo, comentado pela
349 Elisabetta, ‘*No PIMESP, precisamente, a relação dos seus propósitos...*’ eu acho que se
350 invertermos fica mais enfático e mais fácil de entender, ficando ‘*No PIMESP, precisamente, é*

351 *pouco convincente a conexão entre os seus propósitos com o que já se consagrou em termos de*
352 *políticas afirmativas, e parece mesmo ser contraditória...’”.* Com a palavra, a Profa. Valéria de
353 Marco disse: “Precisamos pensar na estratégia política de apresentação do documento. Este
354 documento é para leitores que fundamentalmente não estão empenhados em fazer mudanças no
355 recrutamento dos alunos da USP. A Marilena recentemente fez uma avaliação política e
356 evidentemente isso se mantém ainda hoje. A palavra cotas no CO não passará. O documento
357 propõe uma reflexão e indiretamente inclui o conceito de cotas na discussão. Este documento
358 caminha no plenário do CO em uma linha muito estreita entre dois lados, o do apoio e o da
359 rejeição. Quando formos dar a forma final do documento temos que pensar que a própria
360 argumentação leva a ponderar que uma das formas de alterar o modo de recrutamento é
361 estabelecer a política de cotas. Nós ainda nem nos pronunciamos se somos majoritariamente a
362 favor ou contra a política de cotas. Precisamos ter o cuidado de dizer que queremos discutir
363 conceitualmente a questão das ações afirmativas, assim como a questão das cotas, mas não
364 estamos no momento político para dizer que não queremos o PIMESP e queremos cotas, pois
365 isso nos traria perda de adesão. Temos que tomar cuidado com as emendas na redação, pois
366 tanto a imprensa como a direção da universidade podem se apropriar de modo indevido do que
367 estamos escrevendo. A proposta da Zilda que coloca ‘...abstendo-se de discutir o novo sistema
368 de ensino superior...’, nós não podemos deixar escrito que nós nos abstermos de discutir porque
369 eles podem usar isso contra nós, dizendo que não queremos discutir. Temos que pensar qual é o
370 leitor que queremos atingir e que apoios queremos aglutinar, não podemos perder isso de
371 vista.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Como dirigente da instituição, tenho que
372 negociar. Politicamente tenho que pensar em todos os avanços possíveis em sua máxima
373 intensidade. Pela minha experiência no CO, sei que ele é muito conservador. Eu acho que
374 temos que fazer um texto tomando todos estes cuidados de redação. Anteriormente, a
375 Congregação tinha decidido pelas cotas sociais, atualmente manteremos esta posição?
376 Precisamos rediscutir isso, pois ainda não discutimos, o que dificulta a decisão que iremos
377 tomar agora. A nossa comissão de cotas tem feito um trabalho muito bom e nós podemos
378 produzir um documento que circule pelas outras unidades. O que falta é alguém que explique e
379 exponha os dados. O *power point* que nos foi apresentado aqui tem um caráter didático muito
380 bom. Temos que disponibilizar um documento que contenha não apenas a posição da nossa
381 faculdade, mas que também informe a comunidade sobre a questão que está em discussão e
382 quais são os desdobramentos de uma política de cotas ou uma outra política qualquer. Depois
383 que este documento for encaminhado expondo as nossas diretrizes, eu acredito que devemos
384 voltar e elaborar outro documento mais denso a partir da Comissão de Cotas, passando por
385 posterior análise da Congregação. Podemos assim construir um consenso sólido, o que nos

386 possibilitaria negociar com as outras unidades. Se não construirmos politicamente, ganhamos
387 ou perdemos. Se entramos com uma posição definida, já há êxito.”. Com a palavra, a Profa.
388 Maria Helena Rolim Capelato disse: “Quero fazer um adendo à observação da Valéria e do
389 Sérgio. Eu conversei com alguns representantes de outras unidades sobre a questão das cotas, e
390 observei três posições distintas. Nós podemos localizar as unidades que jamais aceitariam a
391 adoção de cotas, outra posição que aceitaria sua adoção, mas não as raciais, e outra que
392 aceitaria cotas, inclusive as raciais. Temos que observar estas nuances porque podemos fazer
393 um trabalho com as unidades que aceitam cotas, inclusive tentando convencer aquelas que se
394 mostram relutantes com relação às cotas raciais, caso expusermos números que sejam
395 convincentes.”. Com a palavra, o aluno Camilo Henrique Fernandes Martin disse: “Com
396 relação ao parágrafo que a professora Zilda comentou, o da manifestação da Congregação, ele é
397 central porque além de negarmos a proposta do PIMESP, estamos propondo uma saída
398 positiva, por isso acho importante sua manutenção. Na parte que diz ‘*A respeito da primeira*
399 *questão, que não reste nenhuma dúvida, essa faculdade declara sua acolhida das ações*
400 *afirmativas e dispõe-se a colaborar prontamente com o CRUESP e o Governo Estadual*’, eu
401 acho que poderia entrar ‘*e com o conjunto da comunidade universitária e dos movimentos*
402 *sociais*’, porque abrimos a discussão e endossamos o que foi dito no início desta Congregação.
403 Na última página, quando se faz um balanço da educação básica e da atual crise existente, eu
404 proponho a supressão do final do parágrafo que diz ‘*e certamente dispensariam recursos das*
405 *políticas compensatórias*’, porque a discussão das cotas não está vinculada apenas à qualidade
406 da educação, mas também às condições materiais de produção da vida. Por mais que as pessoas
407 tenham acesso a educação de qualidade, ainda assim existiriam desigualdades e elas
408 justificariam a existência de ações afirmativas. Nós não somos a única unidade que está se
409 posicionando contra o PIMESP e que está propondo saída positiva para as ações afirmativas,
410 fazendo indicações ao CO.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Só para esclarecer,
411 Camilo, quando foi colocado que ‘*dispensaria o recurso a política compensatória*’ isso quer
412 dizer que quando chegarmos ao patamar de igualdade de condições, nós não precisaríamos
413 recorrer a cotas. Eu suponho que as coisas vêm juntas. Quando se tem mais negros na escola,
414 você tem maior representação dos indivíduos de baixa renda no acesso à universidade.”. Com a
415 palavra, o aluno Camilo Henrique Fernandes Martin disse: “Eu entendi o raciocínio, mas minha
416 observação se faz no sentido de compreender que a desigualdade ocorre com o acesso ou não à
417 universidade. A política de cotas não diz respeito apenas à questão da educação de qualidade,
418 pois há outros fatores que afetam o desenvolvimento das potencialidades do estudante.”. Com a
419 palavra, o representante discente Christian Schallenmueller disse: “Quando questionaram o
420 para quem do texto, muitos deles se preocupam com a questão do mérito e da excelência

421 acadêmica. No ponto dois da segunda página, que trata do ISSIS e de como ele não prepara
422 para o ingresso nas universidades estaduais paulistas, talvez valesse acrescentar que *‘se há uma*
423 *avaliação de que atuais ou futuros alunos das universidades estaduais paulistas têm*
424 *deficiência em sua formação, sejam os ingressantes por meio das tradicionais seleções dos*
425 *vestibulares, sejam os alunos que eventualmente ingressariam pelas políticas de cotas, o ideal*
426 *seria que as próprias universidades e respectivas unidades adotassem políticas acadêmicas e*
427 *reformas curriculares que contemplassem o objetivo de aperfeiçoamento da formação básica*
428 *dos seus alunos, ao invés de se voltar apenas a um grupo de alunos de determinada categoria*
429 *ética e social’*”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu acho que sua sugestão extrapola o
430 tema do PIMESP, dispersando o documento. De qualquer forma, eu acho que a sua ideia está
431 contemplada no item dois do documento.”. Com a palavra, o Prof. Milton Meira do
432 Nascimento disse: “Eu gostei do texto, mas me incomoda muito aprovar um texto com este
433 teor, já que no último parágrafo é dito *‘a Congregação entende que tais iniciativas, por mais*
434 *relevantes que sejam, não podem sob qualquer hipótese elidir um fato inegável: a crise que se*
435 *instalou no ensino básico’*. Eu acho que a única maneira de encarmos realmente as ações
436 afirmativas é encampar um projeto, desenvolvendo uma campanha forte e pesada, dizendo que
437 a faculdade está disposta a defender uma reforma radical do ensino fundamental e médio.
438 Temos que passar da crítica ao PIMESP à proposta de reforma radical do ensino médio. A
439 Congregação se dispõe a isso? Acho que o termo utilizado no texto não deveria ser *‘Por fim, a*
440 *Congregação entende...’*, mas *‘Primeiramente, acima de tudo, a Congregação entende que o*
441 *mais importante é uma ação afirmativa pela reforma radical do ensino médio...’*. Se
442 tivéssemos feito isso na época do fim da ditadura, já nem pensaríamos mais sobre a questão das
443 cotas. O que nos leva a ter que ficar nos remetendo a termos como cotas raciais, o que me
444 incomoda, pois isso já está superado, poderíamos quanto muito discutir cotas sociais. Temos
445 que fazer uma campanha pela faxina do ensino fundamental e médio? Temos que convidar o
446 estado para fazer isso.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Concordo com 98% do seu
447 argumento, mas este argumento também é o argumento de quem não quer nada, pois é o
448 mesmo que dizer que enquanto não for resolvido o problema de baixo, não será resolvido o
449 problema daqui. Acho isso perigoso. Estamos num caminho estreito. Podemos nos posicionar
450 sobre o programa e conjuntamente propor um projeto de reforma estrutural do ensino médio,
451 inclusive acho que temos o dever de assumir e fazer esta proposta de reforma. Acho que para
452 este documento temos que nos centrar na questão do PIMESP, mas eu concordo inteiramente
453 que esta Congregação precisa discutir, já que a nossa posição anterior era pela cota social e não
454 pela cota racial, porém não podemos discutir agora.”. O Senhor Diretor continua: “Acredito que
455 já estamos em condições de fazer as alterações ao texto inicial.”. Após a leitura das propostas e

456 discussão, o texto final ficou com o seguinte formato: ***Manifestação da Congregação da***
457 ***Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP sobre o PIMESP.*** A FFLCH-
458 USP vem, há um bom tempo, discutindo formas de atenuar os efeitos da desigualdade social e
459 racial no processo de seleção dos estudantes desta Universidade. Tanto assim que criou, junto
460 a sua Congregação, uma Comissão para tratar da questão das cotas desde o mês de outubro
461 de 2012. Entre essas formas estão as políticas de ação afirmativa, como as adotadas
462 recentemente nas universidades federais. Por isso mesmo, recebe com satisfação os esforços
463 do governo do Estado de São Paulo, junto com as direções das universidades públicas
464 estaduais, de incorporar essa pauta na agenda de suas políticas sociais, e discutí-la com a
465 comunidade acadêmica. De sua parte, esta faculdade não faltará a seu dever de examinar
466 cuidadosamente qualquer proposta que venha a aperfeiçoar as iniciativas já implementadas
467 nas universidades estaduais (como é o caso do INCLUSP e do PASUSP), especialmente a que
468 vise a introduzir políticas de cotas sociais e raciais. Ao mesmo tempo, porém, causa apreensão
469 constatar, através da leitura do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público
470 Paulista (PIMESP), lançado pelo CRUESP, que essa tentativa de acolher o conceito de ação
471 afirmativa venha embaraçada com outros propósitos. No PIMESP, precisamente, é pouco
472 convincente a conexão entre seus propósitos com o que já se consagrou em termos de políticas
473 afirmativas, e parece mesmo ser contraditória com o objetivo – que, ao ver desta faculdade,
474 deveria ser o principal neste momento – de diminuir as dificuldades de acesso direto às nossas
475 universidades estaduais. Senão vejamos: 1) O programa, tal qual apresentado, não tem
476 nenhuma vinculação com os processos de seleção de candidatos às vagas das três
477 universidades do Estado de São Paulo. Cada uma delas, exercendo o princípio da autonomia
478 universitária a elas outorgada em 1988, tem seu próprio sistema de avaliação dos candidatos e
479 seus próprios órgãos que o implementam. Apesar de os vestibulares não serem unificados, os
480 três são convocados por editais públicos que garantem direito de inscrição no concurso a
481 todos os cidadãos do país, e não apenas aos residentes no Estado, que tenham completado o
482 ensino médio. Frente a essa constatação, fica evidente que a implementação do PIMESP
483 provocará mudanças no sistema de ingresso, cujos efeitos são desconhecidos e podem
484 inclusive produzir consequências contrárias ao esperado. Em decorrência, abrem-se
485 possibilidades de injustiças e paradoxalmente de agravamento de desigualdades, em lugar de
486 enfrentá-las e combatê-las. Dessa forma, o princípio fundamental de equidade na competição
487 entre os diferentes grupos que chegam ao vestibular, segundo suas diferenças sociais e de
488 etnia, não é assegurado. Além disso, o PIMESP promove uma discriminação negativa, sendo
489 que a Constituição Brasileira só autoriza discriminação positiva. 2) Ao propor uma política de
490 inclusão por “metas”, o PIMESP também lança o projeto de implantação de um novo sistema

491 de educação superior público, o “Instituto Comunitário de Ensino Superior”, que combinaria
492 o ensino presencial com o ensino a distância. O referido sistema, com um ciclo de formação
493 mais curto e independente dos cursos já existentes nas universidades estaduais, seria, no
494 entanto, para os cotistas, pré-requisito (e condicionado ao desempenho escolar) para o
495 ingresso na universidade. Tal atrelamento vem justificado pela ideia da “inclusão com
496 mérito”, como se as políticas de cotas, por si mesmas, a desconsiderassem. Como é bem
497 sabido, no entanto, essas políticas não fazem tábula rasa da qualificação acadêmica, apenas
498 alteram o padrão de seleção dos candidatos. Isso aumenta as chances dos mais desfavorecidos
499 na escala social de ingressar num curso superior público que, por conta do número limitado
500 de vagas, tende a excluí-los sistematicamente. Com a política de cotas, a competição por vagas
501 permanecerá – e nos cursos mais procurados, permanecerá muito forte –, porém com efeitos
502 menos injustos do que os verificados hoje. 3) Que o CRUESP pretenda um novo sistema de
503 ensino superior – e que este represente não só uma nova modalidade de formação, mas uma
504 oportunidade a mais de ingresso nesse nível educacional – é algo a ser considerado e
505 debatido. Mas esse propósito não pode, de modo algum, ser confundido com aquele visado
506 pelas ações afirmativas. Estas devem, no contexto paulista, combater diretamente a
507 desigualdade no sistema das três universidades públicas estaduais, sobretudo nos cursos
508 superiores de mais difícil acesso. Misturar os dois propósitos, como faz o PIMESP, acaba
509 sendo prejudicial a ambos: por um lado, não permite uma discussão objetiva e esclarecedora
510 dos problemas relacionados à implantação de uma nova modalidade de ensino superior; por
511 outro, não enfrenta com a mesma objetividade o propósito de reduzir as desigualdades por
512 intermédio de políticas de ações afirmativas. Em vista deste breve arrazoado, a FFLCH-USP
513 propõe que os objetivos que o PIMESP pretende entrelaçar – de maneira pouco convincente
514 como já se disse – sejam devidamente separados. Que cada um tenha suas especificidades
515 respeitadas na agenda das políticas públicas do Estado. A Congregação da FFLCH-USP
516 posiciona-se, neste momento, única e exclusivamente, sobre o tema das ações afirmativas.
517 Para tanto, um bom ponto de partida reside, de imediato, na constituição de uma Comissão,
518 junto à Pró-Reitoria de Graduação, para uma análise rigorosa dos dados disponíveis sobre o
519 INCLUSP e o PASUSP que permita responder às indagações: quais foram os ganhos
520 conquistados até o momento com tais políticas em termos da inclusão dos candidatos de baixa
521 renda ao vestibular? Qual a proporção de negros, pardos e índios que tem sido contemplada?
522 Qual a relação entre essa proporção e sua correspondente representação no conjunto da
523 população do município, do Estado de São Paulo e do Brasil (neste caso, considerando-se que
524 o vestibular da USP acolhe candidatos de todo o país)? Quais os desafios a serem enfrentados
525 a médio, curto e longo prazos? Como monitorar a implantação de um programa mais ousado

526 *de ação afirmativa e avaliar criticamente seus resultados? Quais os resultados das diferentes*
527 *políticas de inclusão existentes no país? Por fim, a Congregação entende que tais iniciativas,*
528 *por mais relevantes que sejam, não podem sob qualquer hipótese elidir um fato inegável: a*
529 *crise que se instalou no ensino básico. Boa escola, ensino afinado com nossa*
530 *contemporaneidade, para ricos e pobres, para brancos, negros, pardos e índios, bem como*
531 *medidas da mesma natureza aumentariam o número de alunos que concluem o ensino*
532 *fundamental e médio – reconhecidamente um dos maiores filtros ao acesso à universidade – e*
533 *certamente dispensariam o recurso às políticas compensatórias. Documento analisado e*
534 *aprovado pela Congregação da FFLCH-USP, aos 18 de abril de 2013.’. Após votação, o texto*
535 *final foi* **APROVADO.** **1.3. CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ECONOMIA**
536 **POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA – LEPHE. O Prof. Dr. Lincoln Secco (DH)**
537 **solicita a criação do Laboratório de Econômica Política e História Econômica - (Proc:**
538 **13.1.941.8.0).** (v. anexo, cópia da solicitação, regimento e parecer do membro da Congregação
539 Prof. Dr. Álvaro de Vita). Após votação, o parecer foi **APROVADO.** **1.4. ESPECIALISTA**
540 **DE RECONHECIDO SABER** – O DF encaminha pedido para que a Profa. Dra. Maria das
541 Graças de Moraes Augusto seja aceita como especialista de reconhecido saber para fim
542 específico de indicação como membro de Comissão Julgadora para Concurso para Livre-
543 Docência, Candidato Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho (Proc. 13.1.1389.8.9) (v. anexo, cópia do
544 parecer aprovado pelo Conselho Departamental). Após votação, o parecer foi **APROVADO.**
545 **1.5. ESPECIALISTA DE RECONHECIDO SABER** – O DF encaminha pedido para que o
546 Prof. Dr. Marcelo Pimenta Marques seja aceito como especialista de reconhecido saber para
547 fim específico de indicação como membro de Comissão Julgadora para Concurso para Livre-
548 Docência, Candidato Prof. Dr. Roberto Bolzani Filho (Proc. 13.1.1390.8.7) (v. anexo, cópia do
549 parecer aprovado pelo Conselho Departamental). Após votação, o parecer foi **APROVADO.** **2.**
550 **INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SENIOR** (*votação aberta, em bloco, sem*
551 *prejuízo de pedidos de destaque). **2.1.** A Professora Doutora **ELIANA ROSA LANGER**
552 encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de
553 Letras Orientais (Proc.: 13.1.1262.8.9). **2.2.** O Professor Doutor **MARIO DE BIASI**
554 encaminha pedido para ingresso no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de
555 Geografia (Proc. 13.1.1492.8.4). Após votação, os itens foram **APROVADOS.** **3.**
556 **CONCURSO DOCENTE – EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO**
557 **APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA**
558 **CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E**
559 **COMISSÃO JULGADORA – votação secreta.** **3.1.** Concurso público de títulos e provas
560 visando a obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Teoria Literária e Literatura*

561 Comparada, **área de Teoria Literária e Literatura Comparada**, conforme Edital FFLCH nº.
562 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.246.8.7). **3.1.1. EXAME FORMAL -**
563 **Relator:** Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL**. **3.1.2. O**
564 **Professor Doutor Joaquim Alves de Aguiar** apresenta requerimento de inscrição para o
565 concurso acima. Após votação, o requerimento foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0
566 contrários. **3.1.3. O DTLLC** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os
567 nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Luiz Augusto de Moraes Tatit (DL-FFLCH, Titular) =
568 33 votos, Nadia Battella Gotlib (DTLLC-FFLCH, Livre-docente, aposentada) = 34 votos,
569 Antonio Arnoni Prado (UNICAMP, Titular) = 32 votos, Marisa Philbert Lajolo (UNICAMP,
570 Titular) = 31 votos e Heloísa André Pontes (UNICAMP, Livre-Docente) = 34 votos.
571 **SUPLENTE:** Maria Augusta Bernardes Fonseca (DTLLC-FFLCH, Livre-docente) = 5 votos,
572 Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos (DLM-FFLCH, Titular) = 4 votos, Vilma Sant’Anna
573 Arêas (UNICAMP, Titular) = 8 votos, Susi Frankl Sperber (UNICAMP, Livre-Docente) = 5
574 votos e Fernão Vitor Pessoa de Almeida Ramos (UNICAMP, Titular) = 2 votos. **3.2.** Concurso
575 público de títulos e provas visando a obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de
576 Letras Clássicas e Vernáculas, **área de Literatura Brasileira, opção 4: A poesia nos séculos**
577 **XIX e XX**, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.:
578 13.5.253.8.3). **3.2.1. EXAME FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) –
579 **PARECER FAVORÁVEL** . **3.2.2. O Professor Doutor Vagner Camilo** apresenta
580 requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, o requerimento foi
581 **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0 contrários. **3.2.3. O DLCV** sugere para compor a
582 Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** João
583 Roberto Gomes de Faria (DLCV-FFLCH, Titular) = 34 votos, João Adolfo Hansen (DLCV-
584 FFLCH, Titular, aposentado) = 32 votos, Vilma Sant’Anna Arêas (UNICAMP, Titular) = 32
585 votos, John Angus Gledso (University of Liverpool, Titular) = 35 votos e Roberto Acizelo
586 Quelha de Souza (UFRJ, Titular) = 31 votos. **SUPLENTE:** Viviana Bosi (DTLLC-FFLCH,
587 Livre-docente) = 8 votos, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos (DLM-FFLCH, Titular) = 2
588 votos, Pedro Emanuel Rosa Grincho Serra (Universidade de Salamanca, Titular) = 6 votos,
589 Maria Betânia Amoroso (UNICAMP, Titular) = 7 votos e Ettore Finazzi Agro (Universidade
590 de Roma, Titular) = 2 votos. **3.3.** Concurso público de títulos e provas visando a obtenção do
591 título de Livre-Docente no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, **área de Literatura**
592 **Brasileira, opção 3: A prosa no século XIX**, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado
593 em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.252.8.7). **3.3.1. EXAME FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Francis
594 Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL** . **3.3.2. O Professor Doutor Hélio de**
595 **Seixas Guimarães** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação,

596 o requerimento foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0 contrários. **3.3.3. O DLCV**
 597 sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
 598 **TITULARES:** João Roberto Gomes de Faria (DLCV-FFLCH, Titular) = 31 votos, José Miguel
 599 Soares Wisnik (DLCV-FFLCH, Livre-Docente, aposentado) = 35 votos, John Angus Gledso
 600 (University of Liverpool, Emérito) = 29 votos, Luiz Costa Lima (PUC-RJ, Emérito) = 35 votos
 601 e Marisa Philbert Lajolo (Universidade Mackenzie, Titular) = 33 votos. **SUPLENTE:**
 602 Gilberto Pinheiro Passos (DLM-FFLCH, Titular) = 6 votos, Antonio Dimas de Moraes
 603 (DLCV-FFLCH, Titular, aposentado) = 1 voto, João Adolfo Hansen (DLCV-FFLCH, Titular,
 604 aposentado) = 3 votos, Sílvia Maria Azevedo (UNESP-Assis, Livre-docente) = 8 votos, Regina
 605 Zilberman (PUC-RS, Titular) = 7 votos. **3.4. Concurso público de títulos e provas visando a**
 606 **obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, área**
 607 **de Língua e Literatura Latina, área de Língua e Literatura Latina**, conforme Edital
 608 FFLCH n°. 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.250.8.4). **3.4.1. EXAME**
 609 **FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL**.
 610 **3.4.2. O Professor Doutor João Angelo Oliva Neto** apresenta requerimento de inscrição para
 611 o concurso acima. Após votação, o requerimento foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0
 612 contrários. **3.4.3. O DLCV** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os
 613 nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Paula da Cunha Corrêa (DLCV-FFLCH, Livre-Docente)
 614 = 31 votos, José Luiz Fiorin (DL-FFLCH, Livre-Docente, aposentado) = 35 votos, Jacyntho
 615 José Lins Brandão (UFMG, Titular) = 34 votos, Luiz Cesar Marques Filho (UNICAMP, Livre-
 616 Docente) 33 votos e Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP, Titular) = 34 votos.
 617 **SUPLENTE:** Adriane da Silva Duarte (DLCV-FFLCH, Livre-docente) = 5 votos, Mário
 618 Eduardo Viaro (DLCV-FFLCH, Livre-Docente) = 5 votos, Trajano Augusto Ricca Vieira
 619 (UNICAMP, Livre-Docente) 6 votos e Paulo Elias Allane Franchetti (UNICAMP, Livre-
 620 docente) = 6 votos. **3.5. Concurso público de títulos e provas visando a obtenção do título de**
 621 **Livre-Docente no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, área de Língua e**
 622 **Literatura Grega, disciplina de Grego Antigo (Literatura)**, conforme Edital FFLCH n°. 007/2013,
 623 publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.249.8.6) **3.5.1. EXAME FORMAL - Relator:**
 624 Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL** **3.5.2. O Professor**
 625 **Doutor André Malta Campos** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima.
 626 Após votação, o requerimento foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0 contrários. **3.5.3.**
 627 **O DLCV** sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs.
 628 Drs.: **TITULARES:** José Antonio Alves Torrano (DLCV-FFLCH, Titular) = 36 votos, Adriane
 629 da Silva Duarte (DLCV-FFLCH, Livre-Docente) = 28 votos, Pedro Paulo Abreu Funari
 630 (UNICAMP, Titular) = 33 votos, Joaquim Brasil Fontes Junior (UNICAMP, Titular) = 32

631 votos, Maria Beatriz Borba Florenzano (MAE-USP, Titular) = 33 votos. **SUPLENTES:** Paula
632 da Cunha Corrêa (DLCV-FFLCH, Livre-docente) = 6 votos, Christian Werner (DLCV-FFLCH,
633 Livre-Docente) = 5 votos, Rachel Gazolla de Andrade (PUC-SP, Titular) 8 votos e Jacyntho
634 José Lins Brandão (UFMG, Titular) = 7 votos. **3.6.** Concurso público de títulos e provas
635 visando a obtenção do título de Livre-Docente no Departamento de Linguística, **área de Teoria**
636 **e Análise Semiótica do Texto**, conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado em
637 26/02/2013. (Proc.: 13.5.261.8.6) **3.6.1. EXAME FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Francis
638 Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL** **3.6.2. A Professora Doutora Norma**
639 **Discini de Campos** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação,
640 o requerimento foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0 contrários. **3.6.3.** O DL sugere
641 para compor a **Comissão Julgadora** do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
642 **TITULARES:** Luiz Augusto de Moraes Tatit (DL-FFLCH, Titular) = 31 votos, José Luiz
643 Fiorin (DL-FFLCH, Livre-Docente, aposentado) = 34 votos, Maria da Graça Krieger (UFRGS,
644 Titular) = 34 votos, Arnaldo Cortina (UNESP-Araraquara, Livre-Docente) = 33 votos, Ana
645 Claudia Mei de Oliveira (PUC-SP, Titular) = 36 votos. **SUPLENTES:** Esmeralda Vailati
646 Negrão (DL-FFLCH, Titular) = 8 votos, Veronique Braun Dahlet (DLM-FFLCH, Titular) = 3
647 votos, Ana Sílvia Lopes Davi Médola (UNESP, Livre-Docente) 6 votos e Irene de Araújo
648 Machado (ECA-USP, Livre-Docente) = 4 votos. **4. RELATÓRIO FINAL – CONCURSO**
649 **DOCENTE – votação secreta. 4.1.** Concurso público para provimento de um cargo de
650 Professor Doutor do Departamento de História, **área de História do Brasil Independente**,
651 conforme Edital FFLCH/FLH nº. 020/2012, publicado em 31/08/12 (Proc. nº. 12.1.3676.8.4).
652 *(v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 01*
653 *a 04 de abril de 2013, tendo sido aprovada a candidata **Karen Macknow Lisboa**). Após*
654 *votação, o relatório foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0 contrários. 4.2.* Concurso
655 público para provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Teoria Literária
656 e Literatura Comparada, **área de Teoria Literária e Literatura Comparada (duas fases)**,
657 conforme Edital FFLCH/FLT nº. 037/2012, publicado em 19/12/12 (Procs. nº. 12.1.5562.8.6 e
658 13.1.1403.8.1). *(v., anexo, cópia dos relatórios finais da Comissão Julgadora do citado*
659 *concurso, realizado de 01 a 03 e 04 a 05 de abril de 2013, tendo sido aprovado o candidato*
660 ***Anderson Gonçalves da Silva**). Após votação, o relatório foi **APROVADO** por 40 votos*
661 *favoráveis e 0 contrários. 4.3.* Concurso público para provimento de um cargo de Professor
662 Doutor do Departamento de Filosofia, **área de Teoria do Conhecimento e Filosofia da**
663 **Ciência**, conforme Edital FFLCH/FLF nº. 029/2012, publicado em 10/11/12 (Proc. nº.
664 12.1.4803.8.0). *(v., anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora do citado concurso,*
665 *realizado de 08 a 11 de abril de 2013, tendo sido aprovado o candidato **Valter Alnis Bezerra**).*

666 Após votação, o relatório foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e 0 contrários. **5.**
667 **COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CONVÊNIOS DE CO-ORIENTAÇÃO**
668 **INTERNACIONAL (CO-TUTELA) *votação aberta*. 5.1.** Pedido da Senhora **Bruna Duarte**
669 **de Oliveira Soalheiro Cruz**, aluna de doutorado, referente ao Convênio Acadêmico de co-
670 orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em História Social e
671 a EHESS (*doc. E-convênios 31653*). **5.2.** Pedido do Senhor **Paulo Coelho Mesquita Santos**,
672 aluno de doutorado externo, referente ao Convênio Acadêmico de co-orientação Internacional
673 (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em História Social e a EHESS (*doc. E-*
674 *convênios 27775*) **5.3.** Pedido da Senhora **Mélaïne Toulhoat**, aluna de doutorado externa,
675 referente ao Convênio Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa
676 de Pós-Graduação em História Social e a Université Sorbonne Nouvelle (*doc. E-convênios*
677 *31815*) **5.4.** Pedido do Senhor **Rosenilton Silva de Oliveira**, aluno de doutorado, referente ao
678 Convênio Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-
679 Graduação em Antropologia Social e a EHESS (*doc. E-convênios 31709*) **5.5.** Pedido da
680 Senhora **Carolina Cunha Carnier**, aluna de doutorado externa, referente ao Convênio
681 Acadêmico de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em
682 Literatura Brasileira e a Université Lumière Lyon 2 (*doc. E-convênios 22481*) **5.6.** Pedido do
683 Senhor **Leonardo André Paes Müller**, aluno de doutorado, referente ao Convênio Acadêmico
684 de co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em Filosofia e
685 a Universidade de Paris I (Panthéon Sorbonne) (*doc. E-convênios 31737*) **5.7.** Pedido da
686 Senhora **Priscilla Coutinho**, aluna de doutorado externa, referente ao Convênio Acadêmico de
687 co-orientação Internacional (Co-Tutela) entre o Programa de Pós-Graduação em Literatura
688 Brasileira e a Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3) (*doc. E-convênios 31763*). Após votação,
689 os itens foram **APROVADOS**. **6. ABERTURA DE EDITAL – CONCURSO –**
690 **PROFESSOR DOUTOR. 6.1.** O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas solicita
691 abertura de edital para concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor
692 Doutor, referência MS-3, em RDIDP, área de Língua e Literatura Grega (Proc.: 13.1.1595.8.8)
693 (*v. anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 09/04/2013*) **6.2.**
694 O Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas solicita abertura de edital para concurso
695 público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP,
696 área de Literatura Brasileira, **em duas fases** (Proc.: 13.1.1597.8.0) (*v. anexo, cópia do*
697 *programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 09/04/2013*) **6.3.** O Departamento de
698 Letras Clássicas e Vernáculas solicita abertura de edital para concurso público para provimento
699 de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, área de Filologia e Língua
700 Portuguesa, **em duas fases** (Proc.: 13.1.1596.8.4) (*v. anexo, cópia do programa aprovado pelo*

701 *Conselho do Departamento em 09/04/2013*). Após votação, os itens foram **APROVADOS**.
702 **ADITAMENTO: 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA ACADÊMICA. 1.1. CIRC.**
703 **SG/13 de 09.04.2013 SOLICITANDO SUGESTÕES PARA A MELHORIA DA**
704 **NORMATIZAÇÃO DA PROGRESSÃO DE NIVEL NA CARREIRA DOCENTE.**
705 *(v.anexa circular solicitando sugestões até 10.05)*. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Eu
706 encaminhei a solicitação ao professor João Roberto, presidente da Comissão da área de Letras –
707 Linguística, e ao professor Álvaro de Vita, presidente da Comissão da área de Humanidades, e
708 para as chefias dos Departamentos. O documento chegou a nós há poucos dias e eles pedem
709 prazo até 10 de maio, o que restringe a discussão apenas para esta Congregação.”. Com a
710 palavra, a Profa. Elisabetta Antonietta Rita Maria Carmelo Santoro disse: “Eu queria relembrar
711 algumas coisas com relação à carreira docente e à progressão em geral. Quando eu entrei na
712 USP havia na carreira os cargos de MS3, MS5 e MS6, e um vácuo do MS4, cargo que tinha
713 sido eliminado, no sentido de simplificar a carreira e de ligar a progressão da carreira a uma
714 titulação acadêmica. O princípio que regia a carreira docente era o da titulação acadêmica. O
715 único problema era a dificuldade de se chegar ao topo da carreira, já que para se candidatar a
716 professor titular deveria haver disponibilidade de vaga. Em 2009 surgiu a proposta de
717 modificação na carreira docente, demanda externa aos professores e que não foi discutida pela
718 comunidade, ou seja, a proposta veio de cima para baixo. Tivemos várias discussões e por um
719 longo período conseguimos barrar a proposta na intenção de discutí-la melhor, e ela acabou
720 sendo aprovada, de 2009, apenas em 2011. A nossa Congregação defendeu até o último
721 momento que a progressão ocorresse por meio de bancas públicas e não por meio de assessores
722 *ad hoc*. A argumentação utilizada para que se utilizassem assessores *ad hoc* era a de que
723 haveria muitos candidatos e que não haveria bancas públicas para todos eles. Acabou passando
724 esta proposta, contra a nossa vontade, mas ela previa que haveria reavaliação após 2 anos, que é
725 agora em julho de 2013. É por isso que chegou o ofício da reitoria para que as unidades se
726 manifestem sobre o tema da progressão horizontal. A minha sensação é que estes primeiros
727 processos que aconteceram criaram muito problemas, primeiro porque a avaliação foi feita, em
728 muitos casos, de forma comparativa, o que não era a proposta da Resolução. O problema é que
729 o que se deveria avaliar na carreira é o mérito do candidato. Segundo, ninguém explicou porque
730 a avaliação precisava ser centralizada. Temos a experiência dos concursos de livre docência,
731 que se encerram dentro das unidades, em que os membros das bancas são indicados e
732 aprovados por concursos que se realizam e são homologados nas próprias unidades. Nunca tive
733 conhecimento de problemas nesta avaliação. O reitor, um tempo antes dele se tornar reitor,
734 disse que a intenção era que os professores passassem a ganhar mais em menos tempo. Num
735 segundo momento, ele disse que isso iria ajudar a direcionar as nossas carreiras, ajudando a

736 gente a entender o que precisa ser feito para poder ser avaliada da forma que a universidade
737 acha que devemos fazer. Acho que este processo acaba fazendo com que passemos a dar pesos
738 diferentes para as atividades que desenvolvemos, o que pode gerar desequilíbrio no tripé
739 pesquisa, ensino e extensão de que nós tanto falamos. Outra questão é sobre o
740 ‘*preferencialmente 5 anos*’, no qual o ‘*preferencialmente*’ foi incluído a uma certa altura. Caso
741 respeitássemos o preferencialmente, demoraríamos 25 anos para ascender de doutor para
742 titular. Temos questões que devem ser discutidas e que nós devemos nos manifestar,
743 primeiramente sobre a centralização da avaliação e das bancas públicas, e em segundo lugar
744 sobre a comparabilidade da avaliação, pois é o mérito que deve ser avaliado.”. Com a palavra, a
745 Profa. Valéria de Marco disse: “Devemos insistir na avaliação por bancas, mas isso não é o
746 suficiente. Dizíamos que a USP não iria tratar a questão como as federais e as outras estaduais
747 paulistas. Todo processo é descentralizado e sempre que nos chamavam era para ratificar um
748 processo que a unidade já havia feito. Os três editais, tanto da UNESP quanto da UNICAMP já
749 foram e já passaram, quem iria progredir já progrediu. A USP está no terceiro edital. Conversei
750 com um professor que deixou de se inscrever porque o novo edital não põe o
751 ‘*preferencialmente 5*’, ele põe apenas ‘5’, e ele estabeleceu nota mínima 7 em todos os
752 quesitos. A cada novo edital a USP vai acrescentando coisas. Acho que precisamos tomar uma
753 medida um pouco mais séria e que devemos tomar outro tipo de ação; eu sugeriria que nos
754 retirássemos do processo. Caso participemos do processo, estaremos legitimando-o. Já
755 legitimamos dois editais. Estamos assinando coisas que nem a CCAD decidiu, o novo edital é
756 uma decisão administrativa. Os docentes, mesmo os das comissões, não assinaram isso, e agora
757 é isso que vale.”. Com a palavra, a Profa. Maria Helena Rolim Capelato disse: “Eu faço parte
758 desta comissão e, conversando por *e-mail*, fizemos alguns reparos, por exemplo quanto à
759 exigência de que o candidato tivesse bolsa CNPq, o que achamos um absurdo. Esta questão da
760 nota não pode ser, eu não a vi no documento e ela seria um absurdo.”. Com a palavra, a Profa.
761 Maria Elisa Siqueira Silva disse: “As pessoas que se pronunciaram até agora falaram mais a
762 respeito de problemas de fundo com relação à progressão da carreira. Queria mencionar que a
763 reitoria está solicitando este posicionamento das unidades com a intenção de normatizar todo o
764 processo de acordo com cada CAS. Precisamos pensar nos problemas mais profundos, como
765 disse a Valéria, e gostaria de propor uma normatização muito mais fixa, pois fiquei sabendo
766 que houve avaliações muito subjetivas e com muitos equívocos.”. Com a palavra, o Prof.
767 Adrian Pablo Fanjul disse: “Tenho acompanhado o caso como representante dos doutores no
768 CO. A partir da lista que eu tenho de doutores que representam as unidades, eu tenho feito,
769 desde o ano passado, consultas sobre as opiniões do processo avaliativo. No começo deste ano
770 e após a última reunião do CO, ficou claro que as pessoas querem colocar este assunto em

771 discussão. Colegas de outras unidades me disseram sobre situações controversas, além daquelas
772 situações que foram divulgadas pela ADUSP. Observo, conjuntamente com alguns colegas, que
773 o próprio cumprimento da Resolução evitaria muitos dos problemas que ocorreram. Por
774 exemplo, a Resolução estabelece no artigo terceiro, parágrafo dois, que os critérios a serem
775 adotados em cada área devem priorizar a qualidade do conjunto da carreira do docente. É o
776 conjunto da carreira que deve ser considerado, e há vários casos em que o docente possuía
777 excelente ou muito bom em vários itens, e pela falta de apenas um item, ele não passou de
778 carreira. A Resolução estabelece que os recursos devem ser julgados por outros pareceristas e
779 relator, o que não ocorreu na maioria dos casos. Ela também estabelece que deve haver pelo
780 menos uma pessoa da unidade entre os pareceristas, o que não ocorreu. Não imaginemos que a
781 realidade das outras unidades é igual à nossa, há colegas que relatam o pedido para que não
782 haja pessoas da mesma unidade na avaliação. Há coisas que podem ser tratadas diretamente
783 pela Resolução. No geral, eu concordo com a Valéria, principalmente no que se refere à
784 preferência do sistema de bancas. Farei uma consulta pela minha lista de doutores sobre este
785 tema, mas tenho certeza que o CO não vai alterar a atual Resolução para este sistema. Devemos
786 ter uma estratégia caso se aprove a avaliação centralizada, tentando mitigar o que há de pior
787 neste tipo de avaliação. Eu pensei numa modificação pontual no capítulo quarto, que é sobre a
788 avaliação, artigo décimo terceiro, que visa evitar a possibilidade de análise comparativa e a
789 existência de qualquer tipo de cota nas avaliações. Na Resolução não há cotas ou comparação,
790 mas eu penso que elas podem ocorrer. O artigo terceiro que diz que cada comissão de avaliação
791 setorial elaborará os critérios para as áreas que por elas serão avaliadas, submetendo-os à
792 aprovação da comissão de avaliação central dos docentes. Acho que este parágrafo deveria
793 salientar que os critérios devem considerar os cinco aspectos elencados no parágrafo um e
794 deveríamos acrescentar um parágrafo que diga que ‘a decisão para recomendação ou não
795 recomendação para a progressão de nível deve considerar exclusivamente o mérito do
796 candidato em relação aos critérios elencados no parágrafo quarto. Não podendo a comissão de
797 avaliação setorial nem a comissão central de avaliação docente estabelecer indicadores
798 generalizados sobre quantidade ou proporção de candidatos a serem aprovados’. Consultarei
799 alguns colegas sobre a forma do texto até a próxima reunião do CO.”. Com a palavra, a Profa.
800 Valéria de Marco disse: “Essa carreira é perversa. Não sei quantos professores titulares temos
801 aqui, mas nós recebemos reajuste de 3%, que não foi divulgado publicamente. Eu só me dei
802 conta do aumento quando a reitoria nos comunicou que o nosso salário, daqueles que possuem
803 anos de casa, iria bater o teto. Os professores titulares foram à reitoria reclamar que os salários
804 dos livre-docentes eram quase iguais aos dos titulares. Agora estamos em campanha salarial.”.
805 Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Sobre a questão da avaliação, eu

806 fico feliz em observar que nada do que foi dito aqui fez referência ao que nós fizemos na nossa
807 comissão de avaliação. Não fizemos avaliação comparativa e fizemos bancas, apesar delas não
808 terem a presença dos candidatos. Os pareceristas fizeram os seus pareceres, vieram até aqui e,
809 reunidos com a CAS, conseguimos avaliações de consenso. Assim, evitamos discrepância e
810 conseguimos dar direção à avaliação. Como nós fomos flexíveis com relação aos cinco itens,
811 conseguimos o índice de 85 a 90% de aprovação. Não houve esse nível de aprovação quando os
812 candidatos eram associados, a média foi de 50% de aprovação. As regras da avaliação não
813 foram explicitadas anteriormente, o que fez com que muitos se inscrevessem sem saber o que
814 se esperava deles. Com relação à avaliação centralizada, a CCAD foi criada para distribuir os
815 trabalhos, já que a universidade é muito grande. Não houve alteração dos resultados que nós
816 enviamos à CCAD. Houve apenas uma tentativa da coordenadora que disse que as nossas notas
817 estavam muito altas e que eventualmente teríamos que aprovar pela média de 65 a 70% para
818 ficarmos próximos da média de algumas áreas. Eu respondi a ela que os nossos programas
819 possuem essa média de notas e que nós convocamos pareceristas titulares e livre-docentes das
820 melhores universidades, e que não achamos que devamos alterar os resultados. Apesar de torcer
821 o nariz, a CCAD aceitou sem nos impor nenhum problema. Nas reuniões da CCAD eu tive a
822 oportunidade de defender o sistema que nós usamos, e eu me defrontei com pessoas da Física e
823 da Química que queriam que nós também fizéssemos o corte de 50%. Sobre o
824 ‘preferencialmente 5 anos’, esse adverbio foi um grande problema. Apenas os ‘5 anos’ seria
825 muito mais fácil para nós e o preferencialmente fez com que algumas pessoas pedissem a
826 progressão antes do tempo adequado, o que nos fez recusar. A nota sete foi definida
827 consensualmente, pois se se possui o conceito bom em tudo, sua nota é sete; caso tenha regular
828 e insuficiente, a nota vai caindo. A CCAD prevê que de dois em dois anos haja rediscussão e
829 readequação, buscando aprimorar o sistema. Eu estou entendendo que, como estamos muito
830 atrasados com os resultados, a CCAD não vai solicitar das Congregações sugestões para
831 grandes mudanças. O e-mail que a CCAD nos mandou é interno para as comissões de
832 avaliação.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “O documento é dirigido geralmente ao
833 diretor, datado de 09/04, recebido no dia 15/04, dia que ele foi encaminhado às chefias dos
834 departamentos. Ele diz assim ‘*considerando a conclusão do primeiro ciclo de avaliação da
835 progressão de nível da carreira docente e percebendo a necessidade de aperfeiçoamento do
836 processo, bem como o que consta no artigo 21 da Resolução 5927, solicitamos a colaboração
837 de vocês, enviando sugestões para a melhoria da normatização que orienta este processo*’.”.
838 Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “A FFLCH fez uma coisa, o processo da
839 universidade é outra. Foi por isso que a USP inteira andou desqualificando a nossa Faculdade.
840 Nós seguimos o edital.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Hoje já é

841 tarde para começarmos a confeccionar um documento, porém o prazo que eles estipularam é
842 até 10 de maio.”. Com a palavra, a Profa. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos disse: “Eu não
843 tenho nada contra bancas públicas, mas gostaria de lembrar que cada um que for fazer o pedido
844 de progressão e ele for negado, isso pode gerar uma situação de constrangimento porque não
845 existe a ideia de que todos serão aprovados.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de
846 Faria disse: “Nunca alguém foi reprovado na livre docência ou no doutorado”. Com a palavra, a
847 Profa. Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos disse: “No primeiro processo tivemos o conjunto
848 de 110 pedidos de progressão, tivemos 4 recursos, 10 ou 12 entre os doutores. Temos que bolar
849 um jeito para que a avaliação seja feita em clima de mútuo respeito e entendimento. Assim
850 como não é razoável criar constrangimento para os candidatos à progressão, também não é
851 razoável criar constrangimento para a banca, deixando-a desconfortável ao dizer aquilo que
852 deve ser dito ao candidato. Nós tivemos problemas, apesar do esforço para entender os diversos
853 ritmos da carreira de cada um, pois tem gente que precisa de direcionamento para a sua
854 carreira. Esta Congregação votou um conjunto de critérios dentre os quais existe peso quatro
855 para a graduação e para a docência em geral. Há docentes que estão tão absorvidos à sua
856 pesquisa e carreira individual que eles dão pouquíssima importância para a graduação. O que
857 nós fizemos? Demos um puxão de orelha neles, com o aval da Congregação, pois eles devem
858 dar mais atenção para a graduação. A CCAD quer dirigir a carreira do docente? Acho que não é
859 isso. Nós, na nossa própria casa, fomos orientados por uma discussão que tivemos aqui na
860 Congregação.”. Com a palavra, a Profa. Valéria de Marco disse: “A questão da banca pública
861 não é causa de constrangimento apenas para a banca, ela também o é para aqueles que se
862 inscrevem. Uma coisa é você mandar o papel e receber o papel. Por que as pessoas pensam
863 equilibradamente e responsabilmente antes de se inscrever para a livre docência? Porque é um
864 concurso público e a responsabilidade da inscrição é de outra natureza. Uma coisa foi o nosso
865 processo da FFLCH, outra coisa é a barbárie que está ocorrendo em outras unidades da USP. A
866 FFLCH foi desqualificada dentro de todos os fóruns de avaliação após fazermos a nossa
867 avaliação de carreira. Por quê? Porque disseram que fomos bondosos com todos. Essa não foi a
868 avaliação da nossa faculdade. O que a universidade vai fazer é cada vez mais implementar
869 barreiras. Isso não é um problema de otimismo, mas de saber que esse é um legado que vai
870 permanecer para além das nossas vidas.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria
871 disse: “As áreas que aprovaram o parecer foram as áreas que foram prejudicadas. Elas são a
872 favor do parecer. A área de química aprovou o parecer, mas eles reprovaram 50% na avaliação.
873 Nós iremos defender os professores que foram reprovados, achando que a banca pública irá
874 resolver a questão? Tenho minhas dúvidas sobre banca pública no que diz respeito ao
875 constrangimento que ela causa, como a Sandra falou.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse:

876 “Temos que considerar que estamos falando de uma avaliação bem diferente da que fazemos na
877 tese de doutorado, livre docência ou para professor titular, assim como é diferente do concurso
878 de ingresso na carreira. Estamos avaliando uma progressão e ela envolve outra natureza de
879 julgamento, deve-se verificar se a pessoa cumpriu com suas responsabilidades (pesquisa,
880 didática e cultura e extensão). O processo é diferente e ele não pode ser totalmente aberto, pois
881 isso pode gerar competição de todos contra todos. Temos que seguir os critérios que foram
882 definidos, porque senão teremos o mesmo problema que os funcionários tiveram, quando
883 alguns disseram que todos aqueles que possuem o tempo de carreira estão aptos a progredir.
884 Esse não é um bom critério. Estamos sinalizando a carreira das pessoas, dizendo que elas
885 possuem um compromisso público com a universidade. Acho que temos que separar o que nós
886 fizemos e o princípio geral da carreira, o que vai reverberar em outras unidades. O que
887 podemos fazer é dizer como procedemos internamente, mostrando os pontos positivos desta
888 experiência. Por exemplo, como nós resolvemos a questão da banca pública, com os problemas
889 que ela nos oferece? O problema desta carreira é que ela afunilou tudo para a direção do
890 concurso para titular.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Quero
891 fazer uma ponderação. Nas outras CASs o memorial do candidato é enviado para três
892 pareceristas, que não conversam entre si, e mandam o seus pareceres para a CAS, e ela, às
893 vezes se depara com discrepâncias, o que a faz eventualmente cometer injustiças. Como a nossa
894 experiência deu certo e o número de solicitantes tende a diminuir, podemos sugerir que a
895 avaliação tenha a presença dos três pareceristas para que eles possam debater, sem a presença
896 do candidato, que é o que temos feito.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse:
897 “Banca pública implica em uma maior responsabilidade de quem vai lá se expor, mas também a
898 aqueles que vão lá explicar e defender. Já que os pareceristas estariam aqui e como o número
899 de candidatos inevitavelmente vai diminuir, esse concurso seria como um concurso de arguição
900 de memorial, no qual o candidato pode expor quais foram os caminhos de sua carreira. Por
901 exemplo, um dos três pareceristas que me julgaram deu regular no quesito gestão com o
902 argumento de que eu não havia sido chefe de departamento. Ninguém explicou para ele que no
903 Departamento de Letras Modernas eu ainda não cheguei a este ponto, mas que, por exemplo, eu
904 estou sempre presente na Congregação e fui coordenadora de área. Quero dizer que este desvio
905 mínimo poderia ter sido explicado caso eu estivesse em contato direto com a banca que estava
906 me julgando.”. Com a palavra, o Prof. João Roberto Gomes de Faria disse: “Mas você poderia
907 ter entrado com recurso de revisão de nota.”. Com a palavra, a Profa. Elisabetta Santoro disse:
908 “Estou tentando refletir sobre o que é banca pública e a diferença quando se tem a chance,
909 como candidato, de dizer diretamente à banca. Estão exigindo que o memorial precisa ser curto
910 e que ele precisa conter todos os indicadores no final, ou seja, eles estão se transformando em

911 algo diferente do que nós adotamos aqui. Damos sugestões para o aprimoramento do processo.
912 Hoje é você que é o presidente da nossa CAS, mas amanhã será outro. Isso não tem a ver que
913 com a nossa situação específica, mas o processo permite que aconteça. Temos que ter a
914 capacidade de olhar o processo como um todo e devemos dar sugestões para que ele seja
915 aperfeiçoado, temos experiência para que isso aconteça. A questão da comparatividade já é um
916 primeiro avanço, e a sugestão das bancas públicas, que era a nossa posição antes, é uma
917 maneira de fazer com que as pessoas se inscrevam com maior responsabilidade.”. Com a
918 palavra, o Prof. Ricardo da Cunha Lima informou: “O assunto é importante e a Congregação
919 está esvaziada. Talvez seja melhor, independentemente do prazo que foi dado, retornar com
920 isso na próxima Congregação, o que nos dará tempo para estudar melhor a Resolução. Sugiro
921 que não deliberemos nada agora, mas que o assunto retorne na próxima reunião. Temos que
922 lutar para postergarem o prazo.”. Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Temos a
923 possibilidade de postergar isso até a próxima reunião. Outra possibilidade é que os prazos
924 existem porque as opiniões irão para uma comissão, o que inviabiliza a postergação. O que
925 poderia ser feito é que vocês encaminhassem as sugestões para a diretoria, e eu tentaria
926 consolidar, conjuntamente aos presidentes da comissão, fazer uma última rodada entre os
927 membros da Congregação e, após prévia aprovação deste Conselho, eu encaminho o texto no
928 dia 10. Hoje eu não vejo condições para decidirmos.”. Com a palavra, a funcionária Marlene
929 Petros Angelides disse: “O apoio acadêmico prestado por parte dos funcionários aos concursos
930 deve ser ampliado, pois com o número de funcionários que temos atualmente não será possível
931 dar conta da quantidade de concursos e das bancas de carreira. Temos que pensar como será
932 possível viabilizar esta questão, já que os funcionários atualmente estão sobrecarregados.”.
933 Com a palavra, o Senhor Diretor disse: “Acho sua observação pertinente. Temos que tomar
934 decisões, mas temos que saber das consequências das nossas ações. Uma das grandes barreiras
935 estruturais que eu encontro hoje é a do apoio administrativo, pois não há funcionários para
936 executar os trabalhos. A ideia das bancas é uma ideia, mas a operacionalidade disso em termos
937 de tempo e organização é outra questão. As nossas decisões têm consequências.”. Com a
938 palavra, a Profa. Zilda Márcia Gricoli Iokoi disse: “Tenho uma sugestão para resolver o
939 impasse. O Adrian tem uma série de observações do que aconteceu nas unidades e ele poderia,
940 junto com a nossa comissão e com os que o departamentos encaminhar, formular um
941 documento, que deve circular pelas pessoas mais próximas, e depois o encaminhamos no dia
942 10. Não podemos retirar a ideia da banca pública por causa das dificuldades que ela gera,
943 podemos imaginar outras coisas. Se ela conseguir passar na decisão final, podemos viabilizá-la
944 sim. A carreira ficou mais rápida, como tudo hoje é mais rápido. Decidimos pela avaliação
945 horizontal, agora temos que aguentar as consequências.”. Com a palavra, o Senhor Diretor

946 disse: “Eu não estou atrelando uma coisa na outra. Se essa for a vontade dominante, será esse o
 947 nosso caminho. Eu quero deixar claro que as nossas decisões devem ser muito bem pensadas.
 948 Não podemos chegar na hora e dizer: ‘você quisera que fosse assim, agora dêem um jeito de
 949 implementar’. Como diretor, cabe a mim implementar o que for decidido, mas temos que ter o
 950 senso de proximidade e distância. Irei verificar a possibilidade de estender até a próxima
 951 Congregação, caso não for possível irei recolher os argumentos dos dois presidentes das
 952 comissões, farei um documento consolidando as duas ideias e enviarei o documento. Depois eu
 953 presto contas à Congregação e vocês me dizem se eu cumpri bem o papel.”. **1.2.**
 954 **BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA – SOLICITAÇÃO DA DIRETORIA DO MAE**
 955 **SOBRE INCLUSÃO DE DISCIPLINAS DA FFLCH NO BACHARELADO DO MUSEU**
 956 **DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA.** (v. anexo ofício da Comissão de Graduação com a
 957 lista de disciplinas a serem oferecidas). Após votação, o item foi **APROVADO**. **2.**
 958 **CONCURSO DOCENTE – EXAME FORMAL DA DOCUMENTAÇÃO**
 959 **APRESENTADA PELO(S) CANDIDATO(S) NO ATO DA INSCRIÇÃO PARA**
 960 **CONCURSO DOCENTE, ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO E**
 961 **COMISSÃO JULGADORA – votação secreta. 2.1.** Concurso público de títulos e provas
 962 visando à obtenção do título de Livre-Docente no **Departamento de Letras Clássicas e**
 963 **Vernáculas, área de Filologia e Língua Portuguesa, opção nº5 – Teoria do Texto Escrito,**
 964 conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado em 26/02/2013. (Proc.: 13.5.254.8.0). **2.1.1.**
 965 **EXAME FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Francis Henrik Aubert (DLM) – **PARECER**
 966 **FAVORÁVEL** **2.1.2.** A **Professora Doutora Sheila Vieira de Camargo Grillo** apresenta
 967 requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação, o requerimento foi
 968 **APROVADO** por 41 votos favoráveis e 0 voos contrários. **2.1.3.** O **DLCV** sugere para compor
 969 a **Comissão Julgadora** do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Marli
 970 Quadros Leite (DLCV-FFLCH, Livre-Docente) = 34 votos, Elisabeth Brait (DL-FFLCH,
 971 Livre-Docente, aposentada) = 34 votos, Dóris de Arruda Carneiro da Cunha (UFPE, Titular) =
 972 30 votos, Luci Banks Leite (UNICAMP, Livre-Docente) = 31 votos e Carlos Alberto Faraco
 973 (UFPR, Titular) = 34 votos. **SUPLENTE:** Ieda Maria Alves (DLCV-FFLCH, Titular) = 5
 974 votos, Manoel Luiz Gonçalves Correa (DLCV-FFLCH, Livre-Docente) = 3 votos, Ana Luiza
 975 Bustamante Smolka (UNICAMP, Livre-Docente) = 9 votos, e Silvana Mabel Serrani de Infante
 976 (UNICAMP, Titular) = 5 votos. **2.2.** Concurso público de títulos e provas visando à obtenção
 977 do título de Livre-Docente no **Departamento de Antropologia, área de Antropologia das**
 978 **Populações Africanas e Afro-brasileiras,** conforme Edital FFLCH nº. 007/2013, publicado
 979 em 26/02/2013. (Proc.: 13.1.260.8.0) **2.2.1.** **EXAME FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Francis
 980 Henrik Aubert (DLM) – **PARECER FAVORÁVEL** **2.2.2.** O **Professor Doutor Vagner**

981 **Gonçalves da Silva** apresenta requerimento de inscrição para o concurso acima. Após votação,
 982 o requerimento foi **APROVADO** por 43 votos favoráveis e 0 votos contrários. **2.2.3. O DA**
 983 sugere para compor a Comissão Julgadora do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.:
 984 **TITULARES:** José Guilherme Cantor Magnani (DA-FFLCH, Titular) = 33 votos, Lilia Katri
 985 Moriz Schwarcz (DA-FFLCH, Titular, aposentada) = 29 votos, Peter Henry Fry (UFRJ,
 986 Titular) = 33 votos, Sérgio Figueiredo Ferretti (UEMA, Titular) = 35 votos, Fernando
 987 Giobellina Brumana (Universidade de Cádiz, Espanha, Titular) = 35 votos. **SUPLENTE:**
 988 Kabelenge Munanga (DA-FFLCH, Titular, aposentado) = 10 votos, John Cowart Dawsey (DA-
 989 FFLCH, Titular) = 3 votos, Dilma de Mello Silva (ECA/USP, Livre-docente, aposentada) 5
 990 votos e Mundicarmo Maria Rocha Ferretti (UEMA, Titular) = 3 votos. **2.3. Concurso público**
 991 para provimento de um cargo de Professor Doutor no **Departamento de Sociologia, área de**
 992 **Teoria e Prática na Pesquisa Sociológica**, conforme Edital FFLCH/FLS nº. 008/2013,
 993 publicado em 28/02/2013. (Proc.: 13.1.588.8.8) **2.3.1. EXAME FORMAL - Relatora:** Profa.
 994 Dra. Ieda Maria Alves (DLCV) – **PARECER FAVORÁVEL** **2.3.2. Os Doutores José**
 995 **Eduardo León Szwako, Ludmila Costhek Abílio, Flavio Alex de Oliveira Carvalhaes,**
 996 **Cintia Okamura, Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo, Glauco Peres da Silva, Liliane**
 997 **Corrêa de Oliveira Klaus, Eugênio Carlos Ferreira Braga, Renato Sérgio de Lima,**
 998 **Bárbara Geraldo de Castro e Tatiana Gomes Rotondaro** apresentam requerimento de
 999 inscrição para o concurso acima. Após votação, os requerimentos foram **APROVADOS** por 38
 1000 votos favoráveis e 0 votos contrários. **2.3.3. O DS** sugere para compor a Comissão Julgadora do
 1001 citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Antonio Sérgio Alfredo Guimarães
 1002 (DS-FFLCH, Titular) = 32 votos, Marcos Cesar Alvarez (DS-FFLCH, Doutor) = 31 votos,
 1003 Adalberto Moreira Cardoso (UERJ, Doutor) = 31 votos, Maria Ligia Oliveira Barbosa (UFRJ,
 1004 Doutora) 34 votos e Karl Martin Monsma (UFRGS, Doutor) = 33 votos. **SUPLENTE:**
 1005 Márcia Regina de Lima Silva (DS-FFLCH, Doutora) = 7 votos, Vera da Silva Telles (DS-
 1006 FFLCH, Livre-Docente) = 6 votos, Valeriano Mendes Ferreira Costa (UNICAMP, Doutor) = 7
 1007 votos e Iram Jácome Rodrigues (FEA/USP, Titular) = 6 votos. **2.4. Concurso público** para
 1008 provimento de um cargo de Professor Doutor no **Departamento de Sociologia, área de**
 1009 **Sociologia da Religião**, conforme Edital FFLCH/FLS nº. 009/2013, publicado em 28/02/2013.
 1010 (Proc.: 13.1.589.8.4) **2.4.1. EXAME FORMAL - Relator:** Prof. Dr. Ronald Beline Mendes
 1011 (DL) – **PARECER FAVORÁVEL** **2.4.2. Os Doutores Arilson Silva de Oliveira, Dirceu**
 1012 **Benincá, Ricardo Mariano, Carlos Eduardo Sell, Edin Sued Abumanssur, Armando**
 1013 **Araújo Silvestre, Dario Paulo Barrera Rivera, Flávio Munhoz Sofiati, Mariana**
 1014 **Magalhães Pinto Côrtes, Brenda Maribel Carranza Dávila, Naira Carla Di Giuseppe**
 1015 **Pinheiro dos Santos e Antônio Mendes da Costa Braga** apresentam requerimento de

1016 inscrição para o concurso acima. Após votação, os requerimentos foram **APROVADOS** por 38
 1017 votos favoráveis e 0 votos contrários. **2.4.3.** O **DS** sugere para compor a Comissão Julgadora
 1018 do citado concurso, os nomes dos Profs. Drs.: **TITULARES:** Leopoldo Garcia Pinto Waizbort
 1019 (DS/FFLCH, Titular) = 33 votos, José Reginaldo Prandi (DS/FFLCH, Titular, aposentado) = 31
 1020 votos, Eliane Hojaij Gouveia (PUC/SP, Doutora) = 31 votos, Alexandre Antonio Cardoso
 1021 (UFMG, Livre-Docente) = 35 votos e Cecilia Loreto Mariz (UERJ, Livre-Docente) = 35 votos.
 1022 **Suplentes:** Fernando Antonio Pinheiro Filho (DS/FFLCH, Doutor) = 3 votos, Lísias Nogueira
 1023 Negrão (DS/FFLCH, Titular, aposentado) = 8 votos, Maria José Fontelas Rosado Nunes
 1024 (PUC/SP, Doutora) 8 votos e Leonildo Silveira Campos (UNIFESP, Doutor) = 3 votos. **3.**
 1025 **RELATÓRIO FINAL – CONCURSO DOCENTE – votação secreta. 3.1.** Concurso público
 1026 para provimento de um cargo de Professor Doutor do Departamento de Filosofia, área de
 1027 Teoria das Ciências Humanas, conforme Edital FFLCH/FLF n°. 026/2012, publicado em
 1028 29/09/12 (Proc. n°. 12.1.4538.8.4). (v., *anexo, cópia do relatório final da Comissão Julgadora*
 1029 *do citado concurso, realizado de 10 a 12 de abril de 2013, tendo sido aprovado o candidato*
 1030 *Luiz Sérgio Repa*). Após votação, o relatório final foi **APROVADO** por 40 votos favoráveis e
 1031 um contrário. **3.2.** Concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor do
 1032 Departamento de Ciência Política, área de Teoria Política, conforme Edital FFLCH/FLP n°.
 1033 032/2012, publicado em 14/11/12 (Proc. n°. 12.1.4800.8.0). (v., *anexo, cópia do relatório final*
 1034 *da Comissão Julgadora do citado concurso, realizado de 15 a 17 de abril de 2013, tendo sido*
 1035 *aprovado o candidato Rúrion Soares Melo*). Após votação, o relatório final foi **APROVADO**
 1036 por 40 votos favoráveis e 0 contrário. **4. INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR**
 1037 **SENIOR** (*votação aberta, em bloco, sem prejuízo de pedidos de destaque*) **4.1.** O Professor
 1038 Doutor **BENJAMIN ABDALA JUNIOR** encaminha pedido para ingresso no Programa de
 1039 Professor Sênior junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (Proc.: 13.1.770.8.0).
 1040 **4.2.** O Professor Doutor **RENATO JANINE RIBEIRO** encaminha pedido para ingresso no
 1041 Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1696.8.9). **4.3.**
 1042 A Professora Doutora **SCARLETT ZERBETTO MARTON** encaminha pedido para ingresso
 1043 no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia (Proc.: 13.1.1697.8.5).
 1044 Após votação, os itens foram **APROVADOS**. **5. ABERTURA DE EDITAL – CONCURSO**
 1045 **– PROFESSOR TITULAR. 5.1.** O Departamento de História solicita abertura de edital para
 1046 concurso público para provimento de 01 (um) cargo de Professor Titular, referência MS-6, em
 1047 RDIDP, área de História (Proc.: 13.1.1710.8.1) (v. anexa cópia do programa aprovado pelo
 1048 Conselho Departamental em 20.09.2012). Após votação, o item foi **APROVADO**. **6.**
 1049 **ABERTURA DE EDITAL – CONCURSO – PROFESSOR DOUTOR. 6.1.** O
 1050 Departamento de Antropologia solicita abertura de edital para concurso público para

1051 provimento de 01 (um) cargo de Professor Doutor, referência MS-3, em RDIDP, Antropologia
1052 das Populações Africanas e Afro-brasileiras/Teoria Antropológica (Proc.: 13.1.1729.8.4) (v.
1053 *anexo, cópia do programa aprovado pelo Conselho do Departamento em 12/04/2013*). Após
1054 votação, o item foi **APROVADO**. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o Senhor
1055 Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu,
1056 Rosângela Duarte Vicente, Assistente Técnica de Direção para Assuntos Acadêmicos, redigi a
1057 presente ata que assino juntamente com o Senhor Diretor. São Paulo, 18 de abril de 2013.